



CONSULTA PÚBLICA Nº CP/020/2022/SGM-SEDP

PROCESSO SEI Nº 6011.2022/0003527-0

ANEXO VI DO EDITAL – COMPÊNDIO DE LEGISLAÇÃO RELEVANTE

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA ATIVAÇÃO DE IMÓVEIS

CONSULTA PÚBLICA

ANEXO VI – Compêndio de legislação relevante

Apresentam-se abaixo atos normativos a fim de conferir embasamento jurídico para a elaboração dos PROJETOS. Destaca-se que o presente compêndio não tem a intenção de abarcar a totalidade da legislação aplicável às atividades de destinação e renovação de IMÓVEIS na ÁREA DE INTERESSE DO CHAMAMENTO PÚBLICO, devendo ser utilizado como material complementar. Assim, destaca-se que a análise das premissas dos PROJETOS não se limita apenas aos atos normativos mencionados no presente Anexo.

Espécie normativa	Número	Assunto
Lei Municipal	LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO (“LOM”) DE 4 DE ABRIL DE 1990	Lei Fundamental do Município de São Paulo
Lei Municipal	LEI Nº 10.928, DE 8 DE JANEIRO DE 1991.	Dispõe sobre as condições de habitação dos cortiços e dá outras providências
Lei Municipal	LEI Nº 12.349, DE 6 DE JUNHO DE 1997	Estabelece programa de melhorias para a área central da cidade, cria incentivos e formas para sua implantação
Lei Municipal	LEI Nº 12.350 DE 6 DE JUNHO DE 1997	Regulamenta a concessão de Incentivos fiscais para revitalização do Centro
Lei Municipal	LEI Nº 13.425, DE 2 DE SETEMBRO DE 2002	Regulamenta o artigo 168 da Lei Orgânica do Município de São Paulo e institui o Conselho Municipal de Habitação de São Paulo
Lei Municipal	LEI Nº 13.433, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002	Dispõe sobre o Serviço de Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social, autoriza o Executivo a celebrar convênios e termos de parceria e dá outras providências
Lei Municipal	LEI Nº 16.050, DE 31 DE JULHO DE 2014	Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo
Lei Municipal	LEI Nº 16.402 DE 22 DE MARÇO DE 2016	Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo
Lei Municipal	LEI Nº 16.642, DE 9 DE MAIO DE 2017	Aprova o Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo
Lei Municipal	LEI Nº 17.332, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Cria o Triângulo SP, polo singular de atratividade social, cultural e turística inserido no âmbito dos perímetros do Polo de Economia Criativa Distrito Criativo Sé/República e do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Paulista/Luz
Lei Municipal	LEI Nº 17.577 DE 20 DE JULHO DE 2021	Dispõe sobre o Programa Requalifica Centro, estabelecendo incentivos e o regime específico para a requalificação de edificações situadas na Área Central, e dá

Espécie normativa	Número	Assunto
		outras providências
Lei Municipal	17.844, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022	Aprova o Projeto de Intervenção Urbana Setor Central - PIU-SCE, institui e regulamenta a Área De Intervenção Urbana Do Setor Central - AIU-SCE, estabelece parâmetros de uso e ocupação do solo específicos para o território, define o programa de intervenções do PIU-SCE e revoga a Lei Municipal nº 12.349/1997
Decreto Municipal	DECRETO Nº 55.888, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2015	Estabelece as regras para expedição de Certidões de Potencial Construtivo Transferido
Decreto Municipal	DECRETO Nº 56.089, DE 30 DE ABRIL DE 2015	Regulamenta vários dispositivos e fornece parâmetros para a aplicação da Lei do Plano Diretor Estratégico (Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014)
Decreto Municipal	DECRETO Nº 56.538, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015	Regulamenta disposições relativas ao licenciamento de edificações, em especial procedimentos para a aplicação da Cota de Solidariedade
Decreto Municipal	DECRETO Nº 56.725, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015	Regulamenta disposições relativas às Zonas Especiais de Preservação Cultural - Área de Proteção Cultural - ZEPEC/APC
Decreto Municipal	DECRETO Nº 56.901, DE 29 DE MARÇO DE 2016	Dispõe sobre a elaboração de Projeto de Intervenção Urbana, nos termos do disposto no artigo 134 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 - Plano Diretor Estratégico - PDE
Decreto Municipal	DECRETO Nº 57.298, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016	Dispõe sobre os empreendimentos considerados de baixo risco de que tratam os artigos 127 e 133 da Lei de Zoneamento
Decreto Municipal	DECRETO Nº 57.378, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016	Regulamenta o enquadramento de atividades não residenciais conforme categorias de uso, subcategorias de uso e os grupos de atividades previstos nos artigos 96 a 106 da Lei de Zoneamento
Decreto Municipal	DECRETO Nº 57.521, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016	Regulamenta a aplicação de disposições relativas à ocupação do solo e condições de instalação dos usos
Decreto Municipal	DECRETO Nº 57.536, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016	Regulamenta a Transferência do Direito de Construir nos casos em que não há doação do imóvel cedente

Espécie normativa	Número	Assunto
Decreto Municipal	DECRETO Nº 57.537, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016	Institui os Planos Regionais das Subprefeituras, elaborados a partir dos princípios e diretrizes estabelecidos no Plano Diretor; bem como orienta a elaboração e aplicação dos Planos de Ação das Subprefeituras
Decreto Municipal	DECRETO Nº 57.547, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016	Regulamenta o Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB
Decreto Municipal	DECRETO Nº 57.558, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016	Regulamenta a aplicação de disposições da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, relativas ao parcelamento do solo
Decreto Municipal	DECRETO Nº 57.776, DE 7 DE JULHO DE 2017	Regulamenta a Lei nº 16.642, de 9 de maio de 2017, que aprovou o Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo
Decreto Municipal	DECRETO Nº 58.289, DE 26 DE JUNHO DE 2018	Confere nova regulamentação à Transferência do Direito de Construir com Doação de Imóvel
Decreto Municipal	DECRETO Nº 58.383, DE 28 DE AGOSTO DE 2018	Dispõe sobre a aplicação das condições especiais de uso e ocupação do solo e incentivos decorrentes do artigo 115 da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016– LPUOS para os Complexos de Saúde, Educação em Saúde e Pesquisa em Saúde
Decreto Municipal	DECRETO Nº 58.741, DE 6 DE MAIO DE 2019	Define os valores de renda familiar para atendimento por Habitação de Interesse Social – HIS e Habitação de Mercado Popular – HMP, nos termos do parágrafo único do artigo 46 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014
Decreto Municipal	DECRETO Nº 58.943, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019	Regulamenta as disposições dos artigos 14, 72 e 109 do Código de Obras
Decreto Municipal	DECRETO Nº 58.955, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019	Dispõe sobre o procedimento APROVA RÁPIDO
Decreto Municipal	DECRETO Nº 59.573, DE 1 DE JULHO DE 2020	Institui o Regime Especial de Atendimento Prioritário - REAP, aplicável aos processos administrativos relativos à construção e implantação do Colégio Militar na Cidade de São Paulo
Decreto Municipal	DECRETO Nº 59.671, DE 7 DE AGOSTO DE 2020	Consolida os critérios para a padronização das calçadas, bem como regulamenta o disposto nos incisos VII e VIII do “caput” do artigo 240 do Plano Diretor Estratégico

Espécie normativa	Número	Assunto
Decreto Municipal	DECRETO Nº 59.885, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020	Estabelece disciplina específica de parcelamento, uso e ocupação do solo, bem como normas edilícias para EHIS, EHMP e EZEIS, nos termos das Leis nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nº 16.402, de 22 de março de 2016 (LPUOS) e nº 16.642, de 09 de maio de 2017 (COE)
Decreto Municipal	DECRETO Nº 59.886, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020	Consolida a disciplina específica de uso e ocupação do solo para os Empreendimentos de Habitação de Interesse Social – EHIS e Empreendimentos em ZEIS - EZEIS a serem executados nas áreas das Operações Urbanas Consorciadas Água Espreada, Faria Lima e Água Branca e na Operação Urbana Centro
Decreto Municipal	DECRETO Nº 61.311, DE 20 DE MAIO DE 2022	Regulamenta a Lei nº 17.577, de 20 de julho de 2021, que dispõe sobre o Programa Requalifica Centro no que tange à aprovação dos pedidos de requalificação de edificações (Retrofit) na região central da Cidade de São Paulo
Decreto Municipal	DECRETO Nº [•], DE [•] DE [•] DE 2022	Regulamenta o artigo 39 da Lei nº 17.844, de 14 de setembro de 2022, que dispõe sobre a autorização dada ao Poder Executivo para conceder subvenções econômicas para promoção de demolição, requalificação edilícia e construção de novos empreendimentos, como também realizar chamamentos públicos dedicados à identificação de edifícios elegíveis à requalificação ou à reconstrução e ao recebimento de subvenção ou outras modalidades de apoio
Portaria	PORTARIA Nº 221/SMUL-G/2017	Estabelece a documentação necessária e os padrões de apresentação dos projetos para a instrução dos pedidos relacionados à atividade edilícia
Resolução	RESOLUÇÃO - SMUL/CEUSO Nº 141 DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021	Dispõe sobre os procedimentos para pedidos de alvará de aprovação, alvará de aprovação e execução, reforma e regularização de edificações